

19.dezembro.2014 – 15h00

**RELATÓRIO DE AUDIÇÃO**

**Entidade:** CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais

Helena Pedroso

**Recebidos por:** Deputadas Diana Ferreira (PCP, Relatora, que presidiu à reunião) e Nilza de Sena (PSD).

**Assunto:** [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

**Exposição:** A Deputada Diana Ferreira (PCP) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#) e indicou a grelha de tempos a utilizar.

A representante da CONFAP – Confederação Nacional de Associações de Pais – saudou em primeiro lugar a realização de um debate alargado sobre a matéria, com a sociedade civil e referiu que o prazo para ponderarem aprofundadamente a matéria tinha sido curto.

Indicou depois as dificuldades e necessidades que entendiam que se verificavam:

1. Os jovens não têm condições para terem filhos, atendendo, nomeadamente, aos baixos rendimentos, à precariedade laboral e aos custos das creches a partir dos 6 meses;
2. As escolas deveriam funcionar como coadjuvantes das famílias na educação das crianças, incluindo nas férias;
3. As leis laborais deveriam ser facilitadoras do acompanhamento dos filhos, a nível da educação e saúde;
4. Deveriam ser aprovados incentivos aos empregadores, para que as leis de proteção da família se cumpram;
5. Atribuição de abono de família mais elevado a famílias com rendimentos mais baixos;
6. Necessidade de uma política integrada da criança, a desenvolver articuladamente por vários Ministérios e instituições, por exemplo, a nível dos manuais escolares;
7. Necessidade de acompanhamento específico na escola para as crianças sinalizadas em risco. *Idem* para as crianças com doenças crónicas;
8. Jovens institucionalizados que a partir dos 16/18 anos são colocados na rua, havendo necessidade de lhe atribuir apoios;
9. Necessidade de equipas multidisciplinares nas escolas, que trabalhem em conjunto com as famílias;
10. Apoio às entidades associativas, nomeadamente as associações de pais, incentivando a sua intervenção;
11. Lei fiscal muito complexa e até impeditiva do envolvimento dos pais no movimento associativo.

Por último, referiu que a legislação existente não é suficiente.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) informou que poderiam remeter um contributo escrito, mais elaborado, até 9 de janeiro.

Interveio de seguida a Deputada Nilza de Sena (PSD), referindo que tinha sido o PSD que tinha apresentado o Projeto de Resolução que originou a Resolução, atendendo à importância do problema, considerando-o estruturante, não exclusivo de Portugal e que exige medidas rápidas.

Mencionou que a Resolução tinha uma vertente de proteção, das crianças e das famílias e outra sobre a natalidade. Solicitou depois a indicação das medidas que entendiam que deveriam ser implementadas na comunidade educativa, nomeadamente as que consideravam mais urgentes. Por último, pediu ainda que fosse indicado se estavam a referir-se a equipas multidisciplinares para apoio a crianças com necessidades educativas especiais ou em risco ou a todas as crianças.

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que as questões da natalidade estão ligadas a questões económicas e sociais, que se têm vindo a agravar, realçando o desemprego, a precariedade, os baixos salários, o desrespeito pelos direitos de maternidade e paternidade, as revisões do Código do Trabalho, que retiraram direitos aos trabalhadores, alargando os horários – e procedendo à sua desregulação – e diminuindo as remunerações.

Referiu a emigração, com a saída de muitos jovens, que não teriam filhos em Portugal, o adiamento da decisão de ter filhos, dificultando a possibilidade de terem mais um e salientou que os benefícios fiscais não eram suficientes para resolverem o problema.

Defendeu depois que era fundamental a responsabilidade do Estado perante uma escola pública para todos, incluindo a gratuidade dos manuais escolares e salientou que em contrapartida se verifica a desertificação, com o fecho das escolas e de outros serviços públicos no interior. Por último, considerou que havia necessidade de resolver os problemas estruturais, para se promover a natalidade.

Informou ainda que o PCP apresentou propostas para equipas de integração e manuais escolares gratuitos.

Na sequência das questões e observações colocadas, a representante da CONFAP perguntou se tinham sido consultadas as associações representativas dos jovens, tendo a Deputada Diana Ferreira indicado as que tinham sido ouvidas e algumas que tinham remetido contributo escrito. De seguida, a representante da CONFAP realçou ainda o seguinte:

1. Inexistência de creches acessíveis a nível nacional;
2. A escola a tempo inteiro é fundamental, para acompanhamento e articulação com o horário dos pais;
3. As leis laborais de proteção dos trabalhadores existem, mas a CONFAP propunha mais incentivos às empresas para potenciarem o seu cumprimento;
4. As equipas multidisciplinares, com um assistente social, um psicólogo e eventualmente um médico, dariam apoio, nomeadamente, a crianças sinalizadas pelas equipas de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

---

proteção de crianças e jovens em risco, realçando a necessidade de mais articulação com as restantes entidades que têm intervenção nos respetivos processos;

5. As unidades de multideficiência são muito deficientes e há pouca inclusão;
6. Os jovens não se conseguem manter a eles próprios e veem os filhos como um encargo, pelo que não têm condições para equacionar a maternidade ou a paternidade.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 19 de dezembro de 2014

A assessora  
*Teresa Fernandes*